

Contrato de arrendamento de
Terra e Câmara Municipal de
Oliveira de Azeite e Be-
ria do Ceu

Por este dia do mês de Maio de mil nove-
centos e sessenta e cinco, nesta vila de Olivei-
ra de Azeite e Secretaria da Câmara Munic-
pal, perante mim, Luís de Lobo e Costa, de-
putado da Secretaria da Câmara e seu mu-
tuo privado, compareceram como a seguir:
Primeiro - o Exceleximmo Senhor Doutor
Doutor Oliveira Barbosa, casado, o Tenente
da Vila, e o Senhor Presidente da Câmara
e depois, devidamente autorizados e representa-
dos e a seguir a seu nome, como se vê
no conteúdo do acto de renovação ordinária de
pacto e cinco de Fevereiro último, de cu-

para os que ajuizos no prazo de doze meses -
partida e entre livros de notas; sendo - o de-
nhor Ilario do Céu, salteira, maior, filho
de César Augusto Salgado e de Filomena Alvi-
na, comerciante, natural de freguesia e concelho
de Ilha Comprida e residente nesta cidade. Os outros
partes são pessoas aqui residentes e não se pu-
deram saber do seu endereço pessoal.
Pelo primeiro a Transferência foi feita: Luc e Céu
o municipal de Ilha Comprida de Ilha Comprida, por representação
deliberação, mas já se refere remissão de nota e en-
co de Fernando Alvim, da de anuência
do sendo a Transferência na de Ilha Comprida, feita a
cada um, do mesmo município para as tra-
jeiras do edifício do Tribunal Judicial, com fran-
quia de uso com D. Carlos Augusto Alves Moreira,
neste com o referido edifício judicial, nascente
com a via pública e porta com a Estrada Na-
cional número um, nos seguintes Termos:
Primeiro - que essa de Ilha Comprida não poderá ter
outro destino que o de instalação de um esta-
belecimento de venda de jornais, revistas e
outros publicações, livros e outros artigos
e objectos afins dessa actividade comercial;
sendo - que o presente anuência é pelo

9

prazo de um ano, com início a 1 de Janeiro, terminando a 31 de Dezembro de cada ano de mil novecentos e sessenta e seis; Terceiro - que este contrato, pelo qual se estabelece, se considera prorrogado por períodos sucessivos de doze meses, a não ser que qualquer dos contratantes o denuncie com um mês de antecedência do seu término; Quarto - que a renda e de prática de mil e oitocentos escudos, paga e levantada até ao início do mês a que deve respeito, e de modo de cento e oitenta escudos, para o que o anodetário deverá apresentar ao Secretário de Câmara a respectiva quitação efectuada o pagamento na Tesouraria Municipal; Quinto - que fica expressamente vedado ao anodetário a bloquear de o consentimento de Câmara, bem como o transpasse; Sexto - que o anodetário fica obrigado a manter o estabelecimento em condições de limpeza e assento, ficando responsável pelas suas deteriorações; sétimo - que, pelo o anodetário, o anodetário fica obrigado a entregar à Câmara a devida e a pagar os custos de encerramento, respondendo por quaisquer danos, se os

- 505 centos e oitenta e dois mil e dois e trinta e sete centos. - Representa sobre o nº 6 - Contribuição por praça mud. 7 nº 188, de 31-3-865.

Prinzess Barbara
Ostai pirovós,
Auf